

CONSTRUÇÃO DE UM MODELO HÍBRIDO PARA AVALIAR A PÓS-GRADUAÇÃO A PARTIR DA ADOÇÃO DA METODOLOGIA MULTICRITÉRIO

Resumo

O presente estudo tem como objetivo argumentar em favor de uma avaliação combinada, que integre mecanismos avaliativos externos e internos, buscando a construção de um modelo híbrido que consiga encapsular as preocupações inerentes a um programa específico (aqui selecionado o PPGC-UFSC), associando-as àquelas da instância reguladora (CAPES), bem como demonstrar como esta proposta poderá auxiliar no autogerenciamento institucional. Este estudo, de caráter exploratório, subdivide-se em dois momentos, a saber: o primeiro apresenta a revisão teórica acerca do tema pós-graduação informada por meio de busca realizada junto a SCIELO; e o segundo momento apresenta o modelo construído, o qual faz uso da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C), devido ao fato de esta possibilitar trabalhar concomitantemente com os aspectos internos e externos da avaliação. Em virtude de sua natureza, o modelo híbrido construído conseguiu (i) integrar percepções internas e externas; (ii) detectar convergência de quesitos oriundos dos dois pilares, reiterando a importância dos mesmos e (iii) demonstrar como o modelo auxilia no autogerenciamento do programa.

Palavras-chave: Avaliação da Pós-graduação; Modelo híbrido; Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista.

1. Introdução

Tem-se tornado cada vez mais aparente que o início do século vinte e um foi um período crucial para o desenvolvimento da avaliação da pós-graduação brasileira. Em linhas gerais, a avaliação da pós-graduação entrou em uma era de questionamentos e reflexões, principalmente por parte da comunidade acadêmica.

Esta afirmação pode ser justificada por meio da pesquisa realizada junto a biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO), a qual a partir da busca do termo “avaliação” identificou 973 trabalhos, que abordavam o termo, realizados entre 1974 até abril de 2007,. A partir universo pesquisado buscou-se selecionar os efetivamente relacionados à avaliação de ensino. Isto fez com que a pesquisa se limitasse a abranger 97 artigos, dos quais 88 artigos, ou seja, 91% (noventa e um por cento) foram publicados após 2000.

Uma vez identificada a seleção de artigos procedeu-se a leitura destes, com vistas a categorizá-los por tema. Neste procedimento foram obtidas 19 categorias, sendo que estudo se desenvolve a partir da amostragem de 12 estudos os quais abordam a avaliação da pós-graduação.

A partir desta pesquisa pode-se identificar por parte dos autores Fonseca (2001); Carvalho (2001); Hortale (2003); Simões (2004); Axt (2004); Miranda e Almeida (2004); Arantes, Lobo e Fonseca (2004); Ramalho e Madeira (2005); Horta e Moraes (2005); Kerr-Pontes et al. (2005); Steinar (2005); Kuenzer e Moraes (2006) que estes consideram relevante observar no processo de avaliação critérios que contemple as especificidades internas e cada programa, bem como elementos que lhes auxiliem frente a avaliação da instância reguladora de modo a possibilitar uma participação mais ativa dos programas no processo de avaliação.

Neste contexto, o objetivo do presente estudo é argumentar em favor de uma avaliação combinada, que integre mecanismos avaliatórios internos e externos, buscando a construção de um modelo híbrido que consiga encapsular as preocupações inerentes a um programa específico, associando-as àquelas da instância reguladora (CAPES), bem como demonstrar como esta proposta pode auxiliar no processo de autogerenciamento institucional.

Acredita-se que a construção de um modelo que auxilie no gerenciamento interno e que contemple, simultaneamente, os parâmetros externos e o caráter específico do programa, construído a partir da interação entre corpo docente, coordenação e CAPES, pode contribuir com relação ao preenchimento de algumas das lacunas apontadas pelos estudos pesquisados.

Ressalta-se que para ilustrar a construção do modelo híbrido foi selecionado o Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade federal de Santa Catarina (PPGC-UFSC), o qual iniciou suas atividades recentemente (setembro de 2004) por existir, por parte da coordenação do programa, a preocupação em delinear critérios (internos e externos) que lhes auxiliem no gerenciamento. Destaca-se, ainda, que este estudo se limitou a apresentar apenas uma subárea do modelo construído (subárea Convênios/Parcerias).

2. Pesquisa teórica – elementos que segundo a percepção dos autores no contexto nacional deveriam observados no processo de avaliação da pós-graduação

Estudos realizados anteriormente relacionados às instituições de ensino demonstram que segundo a percepção de Freitas (1995), Ristoff (1995), Dias Sobrinho (1997) e Stein (2003) este processo deve respeitar a identidade institucional. Lousada e Martins (2005) e Franco (1993) observam que este aspecto se torna imprescindível, principalmente se a avaliação for realizada segundo o enfoque de avaliação interna ou auto-avaliação, desenvolvida pelos integrantes da própria instituição. Isto, deve-se ao fato de as instituições de ensino não serem isomórficas, ou seja as características que contribuem freqüentemente no desempenho em uma área, não contribuem para o desempenho em outra instituição na mesma área.

Por isso, Lousada e Martins (2005) entendem que cada instituição de ensino deveria implementar o processo avaliativo que melhor atenda a suas características e expectativas. A partir desta concepção, buscou-se estudar especificamente o processo de avaliação de instituições de ensino direcionada à pós-graduação, a partir de um mapeamento realizado junto a SCIELO. Como resultado do mapeamento, foram identificados 12 (doze) artigos referentes à avaliação da pós-graduação, os quais são apresentados no Quadro 1.

Autor	Periódico - Título	Natureza - Ótica
Fonseca (2001)	Horizontes Antropológicos - Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo	Teórico - Externa
Carvalho (2001)	Psicologia USP - Monitoramento e avaliação da pós-graduação: algumas reflexões sobre requisitos e critérios	Empírico - Externa
Hortale (2003)	Cadernos de Saúde Pública - Modelo de avaliação CAPES: desejável e necessário, porém, incompleto	Teórico - Externa
Simões (2004)	Psicologia & Sociedade - Da avaliação da educação à educação da avaliação: o lugar do(a) educador(a) no processo da avaliação da pós-graduação no Brasil	Teórico - Externa
Axt (2004)	Psicologia & Sociedade - O pesquisador frente à avaliação na pós-graduação: em pauta novos modos de subjetivação	Teórico - Externa
Miranda e Almeida (2004)	Gestão & Produção - Visão multicritério da avaliação de programas de pós-graduação pela CAPES: o caso da área engenharia III baseado no ELECTRE II e MAUT	Empírico - Externa

Arantes, Lobo e Fonseca (2004)	Psicologia & Sociedade - Pensar: a que será que se destina? Diferentes tempos de uma reflexão sobre a morte anunciada do educador	Teórico - Externa
Ramalho e Madeira (2005)	Revista Brasileira de Educação - A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas	Teórico - Externa
Horta e Moraes (2005)	Revista Brasileira de Educação - O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas	Teórico - Externa
Steiner (2005)	Estudos Avançados - Qualidade e diversidade institucional na pós-graduação brasileira	Empírico - Externa
Kerr-Pontes et al (2005)	Physis: Revista de Saúde Coletiva - Uma reflexão sobre o processo de avaliação das pós-graduações brasileiras com ênfase na área de saúde coletiva	Teórico - Externa
Kuenzer e Moraes (2006)	Educação & Sociedade - Temas e tramas na pós-graduação em educação	Teórico - Externa

Quadro 1: Artigos que enfoque na pós-graduação identificados na pesquisa realizada junto a SCIELO

Fonte: Dados da pesquisa

Acredita-se que estas informações contribuem para a pesquisa a medida que permitem identificar elementos, segundo os autores, que sinalizem como viável a proposta de estruturar um modelo de avaliação para o gerenciamento de programas de pós-graduação integrando as percepções interna e externa.

Com relação aos elementos abordados pelos autores pesquisados Fonseca (2001) apresenta uma proposta de realizar ‘mini-avaliações’ anualmente como uma maneira de evitar dificuldades ligadas ao relato do triênio. Ele observa que esta seria uma forma de iniciar um movimento para articular uma crítica ou proferir sugestões substantivas com relação ao processo de avaliação externo, uma vez que segundo ele os programas, tipicamente, rejeitam o conceito a eles atribuídos, mas sem adotar procedimentos que lhes possa servir como subsídio para justificar esta rejeição.

Carvalho (2001) alerta quanto a necessidade de se abordar aspectos alinhados com a identidade do programa. Observa a necessidade de desenvolver procedimentos que permita a obtenção de indicadores quantitativos e qualitativos sobre o impacto do curso na sociedade a partir do desempenho de seus alunos. Por fim, observa a dinâmica do processo de avaliação destacando duas questões: (a) o intervalo de tempo para a realização da avaliação, considerado demasiado curto para efetivamente observar o potencial e o desempenho de um programa; (b) os critérios adotados na avaliação, não estão efetivamente direcionados ao produto final entregue à sociedade.

Esta percepção é complementada por Hortale (2003) ao observar que nos países europeus a garantia da qualidade se dá por meio da implementação de políticas educacionais, de divulgação das informações sobre o funcionamento dos Programas. A partir destes elementos Hortale (2003) considera que a avaliação deveria se tornar uma estratégia essencial em três dimensões: auto-avaliação realizada no interior do programa; avaliação interna realizada por pares; e avaliações externas, conduzidas por agências reguladoras.

Em relação ao processo de avaliação Simões (2004) observa que não apenas a quantificação e a internacionalização da produção científica deveria refletir a avaliação da pós-graduação. Mas que o elemento norteador deveria estar relacionado a novas formas de pensar e viver a experiência humana, de modo a torná-la mais digna e inclusiva. O autor salienta que não basta avaliar a educação: é preciso educar à avaliação, privilegiando critérios de qualidade, diversidade e inclusão e não apenas de quantificação, competitividade e

exclusão.

Axt (2004) entende que a identificação de parâmetros para avaliação, como sendo uma condição de crescimento e de avanços na excelência e argumenta que uma política de homogeneização vem se instalando com relação as diferentes áreas do conhecimento representadas na CAPES. Destaca, ainda, a possibilidade de criar condições que permitam, a instância micropolítica, propor estratégias de intervenção também coletivas, na contracorrente do pensamento homogêneo, individualizante e de competição excludente.

Nesta questão, quanto aos parâmetros para avaliação, Miranda e Almeida (2004) detectam que parte do processo de avaliação realizada pela CAPES é subjetivo, uma vez que a atribuição de conceitos aos programas considera a qualidade dos dados fornecidos por meio do pró-coleta, assim como aspectos relacionados à evolução do programa,

Ainda em relação ao processo de avaliação Arantes, Lobo e Fonseca (2004) consideram que a CAPES torna limitada a definição sobre produtividade acadêmica, por atribuir menor importância a atividades como: ensino, orientação, organização de eventos, participação em debates, trabalhos de extensão, participação em bancas, assessorias, e por não considerar relevante as publicações que se dirigem a um público mais amplo, ou mesmo as publicações de livros.

Kerr-Pontes et al. (2005) observam que a filosofia da CAPES pode reforçar uma tendência perigosa na pós-graduação no Brasil, qual seja, a tendência à homogeneização, salientando a necessidade de considerar as especificidades de cada programa, sobretudo no que diz respeito às desigualdades advindas de diversidades regionais, institucionais, sociais e financeiras de cada programa. Horta e Moraes (2005) complementam esta percepção ao prestar esclarecimentos quanto ao processo avaliativo de tal forma a permitir aos programas de pós-graduação da área um posicionamento mais crítico e consciente. Eles consideram que o modelo admite a diversidade, mas, em sua monopólicia apreensão, homogeneiza o desigual.

Neste sentido Ramalho e Madeira (2005) observam a necessidade de identificar um perfil próprio à pós-graduação que se desenvolva, não para satisfazer apenas um modelo provavelmente bem sucedido, mas para dar uma resposta à problemática do desenvolvimento, inclusive educacional, da região em que se situa.

Ainda com relação a avaliação realizada pela CAPES Steiner (2005), questiona o peso atribuído ao quesito publicação ao identificar que boa parte da produção científica brasileira é veiculada em português (principalmente nas áreas de Ciências Humanas e de Ciências Sociais Aplicadas) e não computadas pelas estatísticas internacionais, o que faz com que os programas não tenham visibilidade internacional. Além da falta de visibilidade no contexto internacional. Kuenzer e Moraes (2006) consideram um ponto mais crítico, em relação ao item publicação. Para os autores uma vez considerada a produção de conhecimento como o elemento que norteia a prática dos programas de pós-graduação stricto sensu nos últimos anos, alguns questionamentos deveriam ser respondidos como: Que tipo de conhecimento é produzido?; e Qual a compreensão de pesquisa que prevalece?

A partir da análise desses questionamentos e reflexões, verifica-se que, em linha gerais, os autores sinalizam a necessidade de (i) critérios/indicadores que contemplem as especificidades tanto institucionais quanto regionais; (ii) participação mais ativa dos programas de pós-graduação no processo de avaliação; (iii) geração de condições que permitam desenvolver um posicionamento mais crítico e consciente da importância do processo de avaliação e de seu impacto sobre os programas; e (iv) a importância de observar outros elementos no processo de avaliação. Observe-se que este estudo assume de modo direto as visões de Hortale (2003), Ramalho e Madeira (2005) e Kerr-Pontes et al. (2005),

respectivamente, como premissas para seu desenvolvimento.

3. Metodologia da pesquisa

A metodologia da pesquisa subdivide-se em enquadramento metodológico e proposta teórico-metodológica.

3.1 Enquadramento metodológico

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, pois busca obter conhecimento quanto aos itens que deveriam compor o modelo híbrido de avaliação do PPGC-UFSC.

Com relação aos procedimentos, pode-se classificar a presente pesquisa como bibliográfica, com aplicação a um estudo de caso, o modelo construído, é adotado o método qualitativo quanto a identificação dos aspectos/critérios a serem avaliados e as escalas ordinais construídas (descritores).

Para a construção do modelo foi selecionada a metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C), a qual fez uso de: pesquisa documental (Pró-coleta, Critérios de Avaliação (triênio 2004-2006) e Resultados da avaliação – Acompanhamento Anual (Ano base 2004 e 2005), mais especificamente informações advindas da CAPES mais especificamente da área Administração, Contabilidade e Turismo), questionários aplicados ao corpo docente e à coordenação e entrevistas não-estruturadas junto à coordenação do programa.

O questionário aplicado era aberto, e buscava explorar a percepção dos envolvidos acionando um brainstorming, de tal forma a capturar todas as percepções relativas a cada pergunta feita. Este era composto por 21 perguntas e foi encaminhado ao corpo docente do PPGC-UFSC. As entrevistas realizadas com a coordenação do programa, buscavam validar as informações obtidas nos questionários. A partir do uso das metodologias destacadas, procedeu-se a estruturação, em termos da identificação dos objetivos, do sistema de avaliação intrínseco ao programa.

3.2 Proposta teórico-metodológica

O estudo foi desenvolvido a partir da afiliação metodológica advinda da MCDA-C, a qual está apoiada no paradigma científico do construtivismo, o qual é gradualmente construído ao passo em que os envolvidos aprendem sobre o contexto. As convicções e premissas que informam essa metodologia se baseiam na identificação e organização das percepções dos decisores (coordenação e corpo docente do PPGC-UFSC), em sintonia com os quesitos de avaliação do órgão regulador – CAPES.

A construção do modelo é feita por meio de atividades interativas e recursivas, dentre as quais exploram-se a fase de estruturação (representação das percepções internas e externas), a fase de avaliação (identificação do perfil de desempenho) e, finalmente, a fase de recomendação (geração de ações de melhoria). Em linhas gerais, o processo de construção do modelo busca gerar aprendizagem e uniformizar o conhecimento dos decisores (coordenação e corpo docente) quanto aos aspectos que devem ser considerados na avaliação do programa, bem como a importância dos mesmos para o desempenho do PPGC-UFSC.

O estudo se refere a um caso específico (PPGC-UFSC), portanto, não gera um modelo

universal. Contudo caso outro programa deseje fazer uso do modelo, é necessário que se faça a análise do contexto da instituição e se proceda a legitimação das percepções dos decisores em questão.

4. O Modelo híbrido construído

Esta seção tem dois objetivos: (i) apresentar o modelo híbrido construído – que encapsule as preocupações inerentes ao PPGC-UFSC, associando-as àquelas da agência reguladora (CAPES); e (ii) argumentar em favor de uma avaliação combinada, nas bases sugeridas no modelo estruturado.

Identificadas as preocupações advindas dos meios externos (CAPES – Pró-coleta, Critério de avaliação trienal 2004 a 2006 (Ficha avaliação) e Relatório de avaliação (acompanhamento anual 2004 e 2005) e dos meios internos (corpo docente e coordenação), passa-se a apresentar o Modelo Híbrido, construído para a subárea ‘Convênios/Parceiras’, em termos de objetivos/eixos de avaliação. O Quadro 2 demonstra os aspectos considerados relevantes na construção do modelo. Neste quadro a origem da preocupação (externa e/ou interna) é devidamente sinalizada.

Objetivos/Aspectos do Modelo Híbrido	CAPES		
	Critério de avaliação trienal 2004 a 2006 (Ficha avaliação)	Relatório avaliação (acompanhamento anual 2004 e 2005)	Docentes e Coordenação PPGC
5 Extensão			
5.1 Convênios/ Parceiras			
5.1.1 Empresas			
5.1.1.1 Envolvimento com empresas			X
5.1.1.2 Projetos de pesquisa e extensão com envolvimento dos alunos	X	X	X
5.1.1.3 Obtenção de recursos financeiros junto a empresas			X
5.1.1.4 Visita às empresas para verificar a operacionalização da teoria recebida			X
5.1.2 Parceiras com instituições de ensino			
5.1.2.1 Divulgação do mestrado na região			X
5.1.2.2 Intercâmbio com área contábil			
5.1.2.2.1 Elaboração de artigos, consultorias com docentes de outras instituições	X		X
5.1.2.2.2 Contatos com os programas da área	X		X
5.1.2.3 Implementação da vinda de um coordenador da área (avaliador da CAPES)		X	X
5.1.2.4 Divulgação o mestrado na comunidade científica			X
5.1.2.5 Convênio de cooperação no âmbito nacional	X	X	

Quadro 2: Cotejamento dos aspectos identificados no modelo híbrido do PPGC-UFSC, identificados para a área Extensão, com as instâncias externa e interna

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio do Quadro 2, verifica-se que os pilares fundacionais do modelo híbrido construído para o PPGC-UFSC se fazem presentes na composição dos objetivos a serem avaliados. Curiosamente, o número de objetivos que têm sua origem na percepção do corpo docente e coordenação do programa é superior ao número de aspectos oriundos da percepção externa (CAPES). Esse fato pode levar a uma leitura da importância de se contemplar as especificidades do programa em uma sistemática de avaliação que se pretende (eficiente e eficaz). Dentre as especificidades, cita-se o objetivo ‘5.1.1.4 Visita as empresas para verificar a operacionalização da teoria recebida’.

Em relação aos aspectos externos, salienta-se que este estudo considerou todos os elementos, apontados, segundo a ótica da CAPES, quer fossem qualitativos ou quantitativos. Destaca-se ainda, quanto aos critérios quantitativos, que eles seguiram a lógica de avaliação proposta pela CAPES nos Critérios de Avaliação (triênio 2004-2006). Entretanto, para os critérios qualitativos, foram construídas escalas de avaliação, a partir da percepção da coordenação quanto às possibilidades do programa, conforme exemplificado no Quadro 3.

5.1.2.3 Propiciar a vinda de um coordenador da área (avaliador da CAPES)		
Níveis	Níveis de ancoragem	Descrição
N6		Existe anualmente encontro da coordenação com um avaliador da CAPES da área para discutir tendências e critérios junto aos docentes e discentes.
N5	BOM	Existe duas vezes a cada triênio encontro da coordenação com um avaliador da CAPES da área para discutir tendências e critérios junto aos docentes e discentes.
N4		Existe a cada triênio encontro da coordenação com um avaliador da CAPES da área para discutir tendências e critérios junto aos docentes e discentes.
N3		Existe encontro com um avaliador da CAPES da área para discutir tendências e critérios junto aos docentes e discentes apenas quando ocorrem mudanças no processo de avaliação.
N2	NEUTRO	Existe encontro com um avaliador da CAPES da área para discutir tendências e critérios junto à coordenação do curso.
N1		Não existe encontro com um avaliador da CAPES da área para discutir tendências e critérios junto à coordenação do curso.

Quadro 3: Descritor do eixo de avaliação 5.1.2.3 Proporcionar a vinda de um coordenador da área

Fonte: Dados da pesquisa

Nesse caso, Quadro 3, verifica-se que houve preocupação, tanto interna quanto externa, em relação ao aspecto avaliado. Entretanto, na ótica da CAPES, esse quesito é considerado como avaliação qualitativa. A partir da leitura dos critérios de avaliação e dos relatórios anuais, observaram-se preocupações em relação à realização de encontro com avaliador da CAPES da área para discutir tendências e critérios junto à coordenação do programa. Por isso, considerou-se a descrição “Existe encontro com um avaliador da CAPES da área para discutir tendências e critérios junto aos docentes e discentes apenas quando ocorrem mudanças no processo de avaliação” como o nível neutro. Como não havia uma descrição pontual quanto ao número de encontros, nesse sentido, houve interação com a percepção interna (entrevistas com a coordenação), definindo de que modo o encontro ocorreria. Nesse processo verificou-se que a coordenação entende que “Existe duas vezes a cada triênio encontro da coordenação com um avaliador da CAPES da área para discutir tendências e critérios junto aos docentes e discentes”, seria considerado como nível bom.

Neste processo de identificação dos níveis denominados neutro e bom, auxiliam no processo de autogerenciamento, por serem as referências que irão determinar se o desempenho do programa condiz com o que os decisores consideram como desempenho

esperado (entre os níveis bom e neutro), desempenho acima do esperado (superior ao nível bom), ou desempenho indesejável (abaixo do nível neutro).

Esse processo foi realizado para os elementos passíveis de avaliação local. Assim, uma vez completada a fase de estruturação, passa-se à operacionalização do modelo. Verificou-se que dos 182 aspectos/objetivos avaliados, para o ano de 2006, o programa obteve desempenho acima do esperado em 49; identificou-se também que em 79 aspectos, seu desempenho está no nível esperado, e que em 51 aspectos, o desempenho foi abaixo do esperado, ou seja, inferior ao nível neutro.

Destaca-se que dois elementos que compunham o modelo não foram passíveis de avaliação em 2006 a saber: (a) ‘4.1.3 Livros das dissertações ou com tópicos de dissertações’ e (b) ‘3.4.1 Obtenção de trabalhos sobre o tema – dissertação’. Com relação ao primeiro, considerando-se que as defesas do programa ocorreram a partir de outubro de 2006; como existe o prazo concedido aos discentes (90 dias) para entrega da dissertação com os ajustes solicitados pela banca; considera-se a exigüidade de tempo e material para estruturação de um livro, por isso o objetivo não pôde ser avaliado. Com relação ao segundo, também devido ao fato das defesas ocorrerem a partir de outubro de 2006, não houve tempo hábil para a publicação das dissertações em formato de artigos em periódicos, visto que este prazo considera o período de até dois anos após a defesa, para alunos de mestrado.

Consideradas as observações anteriores, são apresentadas as marcações quanto ao desempenho do PPGC-UFSC para o ano 2006, na parte inferior da Figura 1 (linha pontilhada). A partir desse desempenho, foram selecionados os objetivos cujo desempenho impactaram abaixo do nível das expectativas da coordenação, ou seja, abaixo do neutro, e sugeridas ações de melhoria. Tais ações gerariam um novo perfil ao programa (linha tracejada na Figura 1), as quais são apresentadas no Quadro 4.

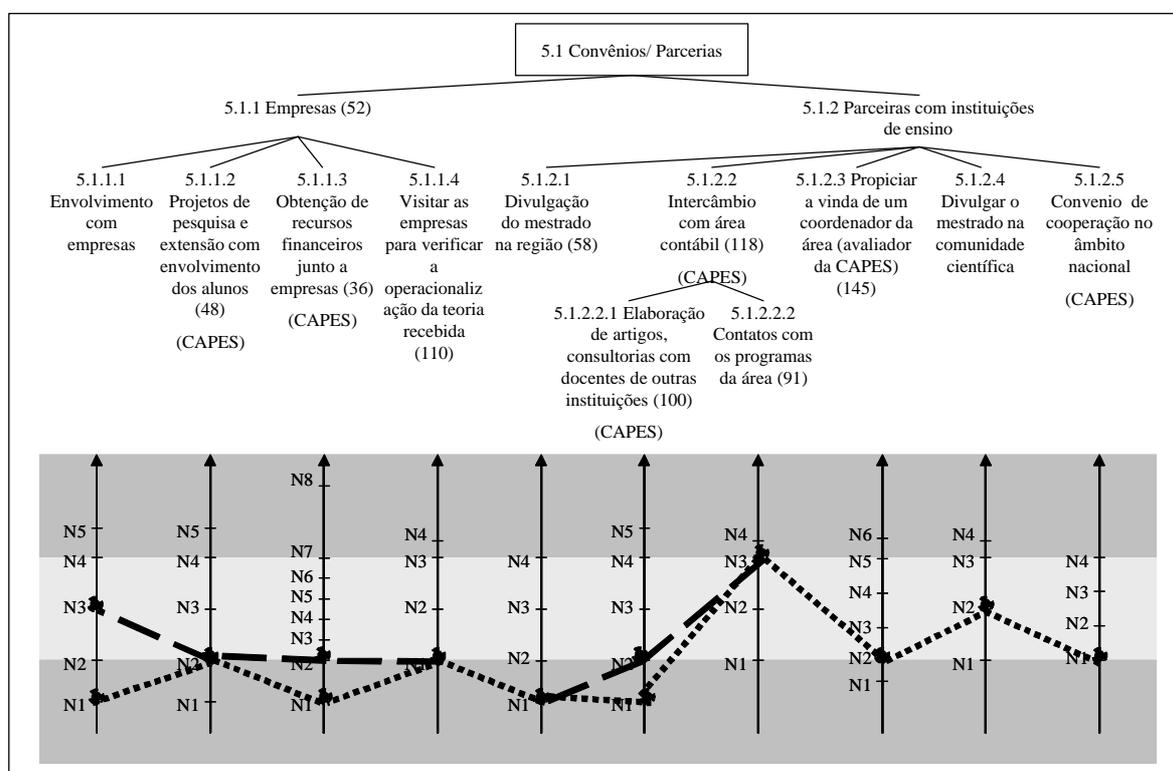


Figura 1: Perfil de desempenho do PPGC-UFSC em 2006 relativo a área extensão

Fonte: Dados da pesquisa

O perfil de desempenho do PPGC-UFSC pode ser lido como uma atuação cujo desempenho não atende, de forma “confortável”, aos objetivos 5.1.1.1, 5.1.1.3, 5.1.2.1 e 5.1.2.2.1 são os principais responsáveis pelo desempenho não confortável do programa em 2006, nesta subárea. A partir da identificação dos objetivos para não forma atendidas as expectativas, o processo de gerenciamento se instala, conforme apresentado no Quadro 3.

Aspectos com desempenho inferior ao nível de mercado	Situação atual	Ação sugerida	Nova situação
5.1.1.1 Envolvimento com empresas	N1	Ação relativa ao item 1.2.1.3	N3
5.1.1.3 Obtenção de recursos financeiros junto a empresas	N1	Incentivo para que os docentes desenvolvam atividades remuneradas junto a instituições (extensão, projetos) Ação relativa ao item 1.2.1.3	N2
5.1.2.1 Divulgação do mestrado na região	N1	Aspectos dependentes de questões externas ao programa	
5.1.2.2.1 Elaboração de artigos, consultorias com docentes de outras instituições	N1	Identificação de nichos de mercado, de modo que anualmente, pelo menos 3 docentes do programa possam atuar com docentes de outras instituições	N2

Quadro 4: Processo de autogerenciamento – a fase de recomendação

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao Quadro 4, destaca-se que todas as ações listadas referem-se apenas a sugestões. Observa-se que, a partir da possibilidade de melhoria aos aspectos que contemplam o modelo, existe também a possibilidade de alavancar o desempenho do PPGC-UFSC, tanto em relação aos aspectos internos quanto aos externos. Salienta-se também a existência de pontos em que uma mesma ação de melhoria pode gerar impacto em mais de um aspecto, o qual pode ser ilustrado pela ação sugerida ao item 1.2.1.3, que gera impacto a dois objetivos desta área com desempenho abaixo do esperado (5.1.1.1 e 5.1.1.3).

A partir do exposto, julga-se pertinente a argumentação em favor de uma avaliação combinada, uma vez que o modelo integra percepções internas e externas, buscando na forma híbrida a capacidade de incluir as preocupações inerentes ao PPGC-UFSC, associando-as à instância reguladora CAPES.

Apresentada a operacionalização do modelo híbrido, bem como explicitado como ele pode auxiliar o PPGC-UFSC a melhorar seu desempenho, a próxima seção se dedica a tecer algumas considerações finais quanto ao modelo.

5. Considerações finais

O presente estudo, informado pelas visões de Hortale (2003), Ramalho e Madeira (2005) e Kerr-Pontes et al. (2005), levantou a questão da possibilidade de se construir um modelo de avaliação que combine quesitos externos e aspectos internos para a avaliação de um programa de pós-graduação. A partir destas percepções foi selecionado um programa específico de pós-graduação, o PPGC-UFSC, e formulado o seguinte objetivo para o presente estudo: argumentar em favor de uma avaliação combinada, que integre mecanismos avaliatórios externos e internos, buscando a construção de um modelo híbrido que consiga encapsular as preocupações inerentes ao PPGC-UFSC, associando-as àquelas da instância reguladora (CAPES).

Demonstrou-se como essa proposta pode auxiliar no autogerenciamento institucional, para dar conta dessa tarefa, este estudo de caráter exploratório, selecionou e apresentou uma proposta teórico-metodológica – a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C). A seleção dessa metodologia foi justificada por sua capacidade de incorporar e tratar os aspectos internos (PPGC-UFSC) e externos (CAPES) da avaliação.

Como resultado, verificou-se que o modelo híbrido construído conseguiu atender a demanda da comunidade acadêmica ao

- i construir critérios/indicadores que contemplassem tanto as especificidades internas, quanto os aspectos advindos da instância reguladora (externo);
- ii oferecer um procedimento – proposta teórico-metodológica – a partir do qual torna-se capaz instrumentalizar e inserir as percepções dos programas de pós-graduação no processo de avaliação, bem como aspectos intrínsecos a eles; e
- iii gerar a possibilidade aos programas de desenvolver um posicionamento mais crítico e consciente quanto a importância do processo de avaliação e de seu impacto sobre os programas.

Adicionalmente, o modelo foi capaz de

- i integrar percepções internas e externas (corpo docente e coordenação e CAPES);
- ii detectar convergência de quesitos oriundos dos dois pilares (interno e externo), reiterando a importância desses;
- iii demonstrar como o modelo híbrido pode auxiliar no autogerenciamento do programa.

Assim, o procedimento apresentado para a condução da atividade de autogerenciamento demonstra como analisar as fragilidades e potencialidades identificadas para sugerir ações de aperfeiçoamento, promovendo a alavancagem do desempenho organizacional. Essa etapa refere-se às ações sugeridas ao Programa, com vistas a converter os aspectos avaliados em 2006 como abaixo das expectativas da coordenação para o nível desejável ou superior.

Destaca-se que esse modelo pode ser adaptado continuamente, ou seja, ele não representa o estado final da arte. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário que a coordenação e os docentes identifiquem elementos que careçam de ajustes ou que devam ser acrescentados ao modelo, os quais podem advir de alterações quanto à percepção frente ao órgão avaliador (âmbito externo), ou ainda única e exclusivamente das percepções internas.

Como limitação da pesquisa, apontam-se os seguintes aspectos: (i) o caráter *ad doc* do modelo construído; (ii) a realização e apresentação incompleta da Fase de Avaliação, uma vez que as escalas cardinais e as taxas de substituição para agregação das avaliações locais dos objetivos não foram construídas; e, (iii) apresentação parcial do modelo.

A partir das limitações apontadas, sugerem-se os seguintes tópicos para futura pesquisa: (i) operacionalizar a proposta teórica-metodológica apresentada em outros programas de pós-graduação brasileiro; (ii) complementar o presente estudo com a realização completa da Fase de Avaliação; e (iii) realizar um estudo apresentando o modelo, na íntegra, construído para o PPGC-UFSC.

Referências

ARANTES, E.M. M.; LOBO, L. F.; FONSECA, T. M. G. Pensar: a que será que se destina? Diferentes tempos de uma reflexão sobre a morte anunciada do educador. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2004.

AXT, M.. O pesquisador frente à avaliação na pós-graduação: em pauta novos modos de subjetivação. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2004

CARVALHO, A. M. A. Monitoramento e avaliação da pós-graduação: algumas reflexões sobre requisitos e critérios. **Psicol. USP**, v. 12, no. 1, 2001.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação quantitativa e avaliação qualitativa**: interações e ênfases. In: SGUISSARD, V. Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior. Campinas: Autores Associados, 1997.

FONSECA, C. Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 261 – 275, 2001.

FRANCO, H. Formação educacional e profissional do contador. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, n. 82, mar/abr. 1993.

FREITAS, R. F. de S. Avaliação do Ensino de Graduação: Importância e Desafios. In: Revista Educación Superior y Sociedad. Venezuela: **UNESCO**, v. 5, n.1 e 2, p. 99-107, 1995.

HORTA, J. S. B.; MORAES, M. C. M. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 95 – 116, 2005.

HORTALE, V. A. Modelo de avaliação CAPES: desejável e necessário, porém, incompleto. **Cad. Saúde Pública.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, 2003.

KERR-PONTES, L. R. S. et al. Uma reflexão sobre o processo de avaliação das pós-graduações brasileiras com ênfase na área de saúde coletiva. **Physis.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2005.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educ. Soc.**, v. 26, no. 93, 2006.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. DE A. Egressos como fonte de Informação à Gestão dos Cursos de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, n. 37, p. 73 – 84, jan./abr. 2005.

MIRANDA, C. M. G.; ALMEIDA, A. T. Visão multicritério da avaliação de programas de pós-graduação pela CAPES: o caso da área engenharia III baseado no ELECTRE II e MAUT. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 11, n. 1, 2004.

RAMALHO, B. L.; MADEIRA, V. P. C. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 3 – 6, 2005.

RISTOFF, D. Avaliação institucional: pensando princípios. In DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, J. (orgs.). **Avaliação institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMOES, R. H. S. Da avaliação da educação à educação da avaliação: o lugar do(a) educador(a) no processo da avaliação da pós-graduação no Brasil. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 5 -12, 2004.

STEIN, M. G. D. F. O referencial teórico e histórico da avaliação institucional no Brasil pós-constituição de 1988. Avaliação: rede de avaliação institucional da educação superior – **RAIE**. v 8, 31 – 52, 2003.

STEINER, J. E. Qualidade e diversidade institucional na pós-graduação brasileira. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 54, 2005.